



Daniela Vallandro de Carvalho

A história da África no ensino de História do Brasil

cultura, legislação e cidadania

Caros alunos

Esse ebook é um pdf interativo. Para conseguir acessar todos os seus recursos, é recomendada a utilização do programa *Adobe Reader 11*.

Caso não tenha o programa instalado em seu computador, segue o link para download:

<http://get.adobe.com/br/reader/>

Para conseguir acessar os outros materiais como vídeos e sites, é necessário também a conexão com a internet.

O menu interativo leva-os aos diversos capítulos desse ebook, enquanto a barra superior ou inferior pode lhe redirecionar ao índice ou às páginas anteriores e posteriores.

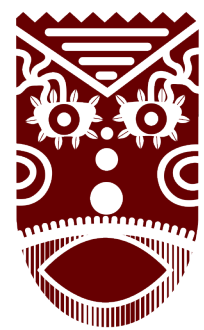
Nesse pdf, o professor da disciplina, através de textos próprios ou de outros autores, tece comentários, disponibiliza links, vídeos e outros materiais que complementarão o seu estudo.

Para acessar esse material e utilizar o arquivo de maneira completa, explore seus elementos, clicando em botões como flechas, linhas, caixas de texto, círculos, palavras em destaque e descubra, através dessa interação, que o conhecimento está disponível nas mais diversas ferramentas.

Boa leitura!



Índice





Apresentação

Sejam bem-vindos, alunos.

Sou a professora Daniela Vallandro de Carvalho e vou apresentar a vocês o material de suporte (e-book) produzido para a disciplina “A História da África no Ensino de História do Brasil: cultura, legislação e cidadania” do curso de especialização em “Perspectivas do Ensino de História do Brasil”.

O texto que se segue a esta apresentação é fruto de algumas reflexões feitas por mim, em três cursos ministrados na Unicentro, ao longo dos anos de 2013 e 2014. Nessas ocasiões tenho pensado algumas questões sobre cultura africana e afro-brasileira. De forma tangente a essa ampla questão, temas específicos como formação do continente africano pré-europeus, tráfico transatlântico, cultura de diáspora, escravidão no Brasil, formação de grupos étnicos, processo de precarização da liberdade, abolição, pós-abolição, racialização, racismo, preconceito, luta por direitos e cidadania tem feito parte das minhas discussões e preocupações acadêmicas. Além disso, cada vez mais tem se tornado crucial pensar todas essas questões articuladas com a prática do ensino de história, sobretudo porque, desde 2003, temos uma legislação educacional em nível nacional que coloca como necessária a discussão da participação da cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares. A saber, estamos falando da lei 10.639/2003.

O texto a seguir busca dar a vocês a dimensão da importância da cultura africana e afro-brasileira na nossa formação enquanto sociedade completamente tributária aos povos originários do continente africano, bem como traçar algumas questões às quais o universo de pesquisas no campo da história tem se dedicado. Expor ainda alguns conceitos-chave e sua historicidade é nosso objetivo aqui, bem como pensá-los à luz do ensino de história completam a proposta. Para tanto, utilizaremos algumas ferramentas que buscam dinamizar, facilitar e incrementar o conhecimento de vocês, de forma a engajá-los nessa ampla discussão, as quais passo brevemente a apresentar: serão utilizados vídeos, entrevistas com historiadores e links de textos ou mesmo de documentos oficiais educacionais que têm pensado essas questões. Em meio ao texto, serão feitos também breves comentários, questionamentos e/ou explicações.



A história da África no ensino de História do Brasil

Na história do ensino de história no Brasil, desde os primeiros núcleos de ensino jesuítico (período colonial) até o ensino tecnicista da ditadura militar brasileira (contemporaneidade), pouca ou nenhuma ênfase se deu à história da cultura africana e afro-brasileira. São, portanto, muito recentes as abordagens no âmbito do ensino escolar de tais questões, ainda que não seja nada recente a participação desses grupos na formação sócio-histórica do país. Questões que envolviam o ensino de uma história tendo sujeitos negros como protagonistas já vinham sendo reivindicadas e discutidas desde os anos de 1970. Discussões recentes, mas que já carregam um peso importante e significativo na luta dos afro-descendentes por reconhecimento na sociedade brasileira. É pelas mãos dos movimentos sociais negros, em especial o MNU – Movimento Negro Unificado, que as discussões vêm à tona, ainda sob a égide do regime ditatorial. No entanto, foi a partir do estabelecimento da

lei 10.639 pelo governo federal, em 2003, ao estabelecer sua obrigatoriedade no ensino que as discussões se dinamizam.

Muitos foram os elementos que contribuíram para a invisibilização histórica dos grupos afro-descendentes ao longo da história do Brasil. Podemos citar alguns:

A) O ensino seletivo e excludente desde os primórdios da formação do Brasil;

B) A construção escrita e oficial da história do Brasil no séc. XIX;

C) As teorias racistas de branqueamento (necessidade das elites de apagar o passado escravista no processo de transição do trabalho escravo para o livre) amplamente aceitas e difundidas na sociedade brasileira de fins dos oitocentos até meados do séc. XX;



.....

A Redenção de Cam - Modesto Brocos

* A difusão da noção de democracia racial e de uma sociedade sem conflitos, harmoniosa e branda nas relações étnico-culturais;

O começo dos debates contemporâneos:

*Na década de 1970, no séc. XX, o Movimento Negro Unificado (MNU), inspirado e estimulado por discussões maiores (como os processos de descolonização de Angola e Moçambique e de luta pelos direitos civis nos EUA), passa a levantar a bandeira de mudanças de posturas da sociedade brasileira em relação à cultura afro-brasileira;

*Críticas ao Brasil mestiço e sem democracia (a ideia de mestiçagem teria diluído a presença negra e por conseguinte, sua cultura, dando lugar à inexistência de preconceitos/racismo);

*A Redemocratização é um marco para a luta de diversos movimentos sociais;

*A partir dela, temos quatro momentos bastante significativos na composição das políticas públicas atuais no âmbito nacional, de forma geral, e no âmbito do ensino escolar, de forma específica, no tocante à cultura afro-brasileira:



Links:

- a) A Constituição Federal de 1988;
- b) A Lei de Diretrizes e Bases para a Educação – LDB (Lei 9394/1996);
- c) Os [Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs](#) (1997, 1998, 1999);

Primeiro momento: A Constituição de 1988:

Artigo 3º, Inciso IV:

Garante a promoção de todos os cidadãos brasileiros, sempre conceito de raça, sexo, origem ou quaisquer outras formas de discriminação.

Segundo momento - A Lei 9394/1996- LDB:

* Assegura o espaço da escola e do ensino escolar com o dever de possibilitar o pleno exercício da cidadania;

* Indica que as práticas educativas devem ser mediadoras da construção e valorização

das identidades, múltiplas e plurais como a sociedade brasileira.

* A LDB está inserida no conjunto de normativas que passam a ser gestadas a partir da constituição de 1988;

* A disciplina de história está assegurada nos currículos escolares;

* Questionamentos sobre ausências de determinados grupos sociais no ensino de História.

* Outras leis e decretos IMPORTANTES da década noventa que contribuíram para a reflexão do processo de retomada de autonomia, direitos e cidadania dos grupos afro-descendentes, direta ou indiretamente:

O decreto 1904/1996 - assegura a presença histórica das lutas dos negros na história do Brasil;

A lei 7716/1999 - regulamenta crimes por preconceito de raça e cor;



Terceiro momento – Os PCNs:

*Os novos PCNs destacam a centralidade da diversidade étnica e cultural na sociedade brasileira.

*Embora os PCNs não apresentassem propostas específicas, a questão da educação das relações étnico-raciais formava um pano de fundo para o eixo transversal da pluralidade cultural, sobretudo no que diz respeito à contribuição da cultura indígena, africana e europeia na formação do país.

Quarto momento - A Lei 10.639/2003:

*Institui a obrigatoriedade do ensino de história da África e da cultura afro-brasileira;

*Institui a data de 20 de novembro como parte do calendário escolar;

DOZE ANOS DEPOIS da implementação da lei, os problemas e os desafios de se pensar cotidianamente a cultura africana e afro-brasileira:

* Qual o papel do professor e da comunidade escolar nessa discussão?

*Fomento de espaços de diálogos e discussões, criação de oportunidades desses debates;

Trazer para sala de aula a História da África e do Brasil africano é, antes de mais nada, fazer cumprir nossos objetivos como educadores: refletir sobre a discriminação racial e sexual, valorizar a diversidade étnica, gerar debate, estimular valores e comportamentos de respeito, de solidariedade, de tolerância. Além disso, mais especificamente, é a oportunidade de levantar a bandeira de combate ao racismo e às discriminações que atingem particularmente a população negra, afro-brasileira e afro-descendente. Trazer para a sala de aula esse tema é dar a oportunidade a nossos alunos de desvendar sua própria cultura, reconhecendo no outro uma parte de si mesmos. (SOUZA, 2006, p. 7).



* Como construir linguagens alternativas diversas que mobilizem conceitos e expressem visões de mundo plurais?

* É somente com a proposição de visões de mundo que operem com outros referenciais que vamos conseguir com que os alunos se vejam em outras histórias, em múltiplas histórias (moda, vocabulário, comportamento, etc);

* É preciso deslocar, ampliar o arsenal de referenciais culturais dos alunos e sobretudo quebrar, romper, ultrapassar o referencial único;

* Assim, faz-se uma operação cognitiva e transforma-se o arsenal antes limitado;

- Alguns aspectos da legislação educacional merecem destaque:
- Práticas de responsabilidade à diversidade cultural;
- Desfazer/desconstruir preconceitos;
- Na base da proposta está o combate ao racismo, ao sexismo e ao classismo;
- Cidadanias como foco das discussões

(estendíveis a TODOS);

- Por uma pedagogia antirracista;
- Fomento a interações não-discriminatórias;
- Inclusão socioeducacional;
- Ações afirmativas;
- Políticas de reparação de grupos historicamente marginalizados;
- Resgate da autoestima;

Valorização do patrimônio histórico e cultural vinculado a esses grupos (material e imaterial);

- Educação não é apenas conteudismo, mas, antes, uma formação que se compõe de tolerância e respeito às diversidades;
- Valorização de outras histórias, o que implica um repensar história e conhecimento (sensibilidade educacional);

Como se faz isso, na prática?

• Não há receitas prontas, porque o processo é contínuo, mas o conhecimento e a reflexão



com os alunos e entre nós mesmos, como professores, é fundamental;

Há dois espaços privilegiados para a discussão dessas questões:

- 1) O ensino fundamental e médio;
- 2) O ensino superior;

- O ensino superior é o espaço para se formar profissionais habilitados para discutir essas questões;

- Trabalho cotidiano: desenvolver, estimular, fomentar, criar formas didático-pedagógicas de ensino de uma história multicultural e verdadeiramente democrática;

- Implica na urgente inserção no ensino superior (ao menos nas humanidades e licenciaturas) dessas disciplinas como obrigatórias (o que já vem sendo feito);

- Implica também no repensar do conhecimento, do fazer docente e, de forma específica, do fazer histórico;

A questão da identidade nacional e da construção da história do Brasil:

- Os processos identitários construídos e que veiculamos são os únicos?
- Do que se compõe a identidade(s) brasileira?
- De que forma a história do Brasil contribuiu para um não-lugar para a população africana e afro-descendente?

A partir dessas questões levantadas, nada do que foi dito se efetivará se não for acompanhado de práticas pedagógicas reflexivas e de conhecimento, além da possibilidade de se recontar a história dessa população, apagada dos escritos oficiais;

É FUNDAMENTAL conhecer outras histórias:

- África antes do contato imperialista,
- O sistema escravista africano,
- O sistema escravista como mercantilização do ser humano (inserção do continente africano



no universo capitalista europeu);

- As relações do continente africano com as Américas,
- O tráfico transatlântico,

As condições sub-humanas: tráfico negreiro

Plano do navio negreiro britânico Brookes.

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Navio_negreiro#/media/
File:Slaveshipposter-contrast.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Navio_negreiro#/media/File:Slaveshipposter-contrast.jpg)

Navio negreiro de Johann Moritz Rugendas

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Navio_negreiro#/media/
File:Navio_negreiro_-_Rugendas.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Navio_negreiro#/media/File:Navio_negreiro_-_Rugendas.jpg)

*Maquete do interior de um navio negreiro.
(apresentado no Museu Americano de História
Natural)*

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Navio_negreiro#/media/
File:Kenneth_Lu_-_Slave_ship_model_\(4811223749\).
jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Navio_negreiro#/media/File:Kenneth_Lu_-_Slave_ship_model_(4811223749).jpg)



- As relações culturais e socioeconômicas,
- A cultura da diáspora, as identidades (re) inventadas,
- Os grupos linguísticos,
- A literatura, mitos, aspectos religiosos.

.....

Tudo isso implica, enquanto professores, em conhecer, compreender e se permitir novas leituras da realidade histórica, da dinâmica de formação da história ocidental;

Um primeiro passo pode ser pensado no sentido de romper estereótipos: África não é UNA, tampouco primitiva;

.....

- África e africanidade, por exemplo, são conceitos construídos muito recentemente (como elemento unificador de lutas sociais, portanto conceitos utilizados politicamente na contemporaneidade);

.....

Alternativas de trabalho didático-pedagógicas em sala de aula:

História e Literatura:

A Literatura como fonte – pistas de seu tempo, do padrão social de uma época, entender porque autores dedicam atenção a uma determinada época;

Os estudos literários têm se dedicado a encontrar uma forma de ler o passado a partir do presente, sem se apropriar dele para o presente. Têm buscado um método e uma prática que consigam respeitar verdadeiramente a especificidade e a diferença radical do passado social e cultural, enquanto expõem suas polêmicas, formas, estruturas e lutas. Para o “bem da História”, é eticamente crucial que o leitor mantenha uma postura interrogativa aberta em relação ao seu tema, se não quiser que o passado seja dominado ou apropriado pelas preocupações predominantes do presente. (WOODS, 2011, p. 202-203).



** História e Cinema:*

*O cinema tem sido uma ferramenta bastante utilizada. No entanto, é pertinente lembrar que não basta assistir aos filmes. “É preciso preparar os alunos para a leitura crítica dos filmes, começando por uma reflexão sobre os próprios a que eles assistem” (BITTENCOURT, 2004, p. 376)

*Preparar os alunos para uma reflexão crítica;

*Diversos tipos de filmes podem ser utilizados, não apenas os que figuram no gênero histórico;

*Atentar não apenas para os fatos, mas para o sentido do filme; ou ainda, construir um sentido para aquela representação fílmica em relação ao que se quer discutir;

* Filme como diversão X filme como reflexão;

** História e Música:*

* Trabalhar com música no ambiente escolar é estar atento para sons, gestos, letras, melodias, vestimentas, vozes que compõem um “todo cultural”;

* SONS e LETRAS remetem a símbolos culturais, a representações do real de determinados grupos e/ou culturas;

* No entanto, é preciso transformar a atividade musical em uma atividade intelectual (ouvir música X pensar música);

O Jongo:

Também conhecidos como caxambus e tambus, os jongos são manifestações culturais executadas por afrodescendentes em várias localidades no estado do Rio de Janeiro e sudeste do Brasil, desde o século XIX;

Nas cidades, em geral, dependendo da conjuntura, poderiam ser proibidos ou tolerados. Mas sempre necessitavam de alguma autorização senhorial ou policial. Na área rural, alguns municípios proibiam os batuques, nome



genérico que recebiam os jongos, mas, com alguma dose de negociação, eles poderiam ser realizados.

Os folcloristas que descreveram os jongos no sudeste, a partir do final do século XIX, apostaram, equivocadamente, no seu desaparecimento;

Como é o Jongo?

Atualmente os jongos apresentam percussão, dança e canto, em forma de poesia. A dança, próxima da fogueira, é em círculo, no centro do qual os dançarinos evoluem. O jongo pode ser cantado por um ou mais solistas, sob a forma de desafio. O restante do grupo, como um coro, responde em refrão;

*Apresentação do Grupo de Caxambu Michel
Tannus em Porciúncula*

O que o Jongo revela?

As memórias dos velhos jongueiros revelam que a prática do jongo envolve feitiço, poderes mágicos e segredos partilhados por familiares. Os jongos hoje proporcionam a solidariedade comunitária e o orgulho de um patrimônio compartilhado e valorizado.

Desde 2005 o jongo do sudeste recebeu o título de Patrimônio Cultural Brasileiro.

Além do cinema, da literatura e da música como fonte para o ensino de história da África e da cultura afro-brasileira, já bastante utilizadas, veja outra proposta elaborada por historiadores e acadêmicos da UNIRIO-RJ, sob a coordenação da prof. Dra. Keila Grinberg. Trata-se de um jogo virtual, disponível em um blog, no qual pesquisas acadêmicas são transpostas para uma linguagem divertida e não menos profunda ou histórica. Uma bela sugestão: tornar os alunos detetives da história. Vale a pena conferir.

Links:

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Jongo#/media/
File:Caxambu_michel_tannus_porciuncula_evento.JPG](https://pt.wikipedia.org/wiki/Jongo#/media/File:Caxambu_michel_tannus_porciuncula_evento.JPG)



Considerações acerca do tema:

Para inserir a cultura afro-brasileira nos currículos é preciso, antes de tudo, problematizar não só o entendimento sobre ela (e o conhecimento), mas, sobretudo, **PROBLEMATIZAR** as **FRONTEIRAS** do conhecimento científico em relação à organização do conhecimento histórico disciplinarizado;

Proposição de reflexão, alteração de paradigmas, parcerias, produção de materiais didáticos, formação continuada.

A contribuição da história na escola não é só a compreensão da realidade e a formação da identidade, mas também a concepção e compreensão da diferença, da alteridade – tanto para ensinar a convivência nas sociedades que hoje são, na maioria, multiculturais, quanto para ensinar julgar o próprio sistema político e social em que se vive (sem outros pontos de vista além daquele que eu vivo não há crítica efetiva possível. É dentro desse raciocínio que pode ser lida como oportuna a lei que institui a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira. (CERRI, 2011, p. 126)



Referências

ABUD, Kátia Maria et. al. (Orgs.). Ensino de História. Idéias em Ação. São Paulo: CENGAGE, 2010.

Aula inicial do módulo 2 do Curso de Formação Continuada em Ensino de História da África. Olimpíada Nacional em História do Brasil, Unicamp. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=OJspVRHd6DU>> Acesso em: 07 de jul. 2015

AZEVEDO, Crislane Barbosa. Desafios e Perspectivas de um Currículo de História Promotor das Relações Étnico-Raciais no Brasil. Cadernos do CEON. Etnicidades. n. 32. Chapecó: Argos, 2010.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: Apresentação dos Temas transversais – Brasília MEC/SEF, 1998.

CERRI, Luis Fernando. Ensino de História e Consciência histórica. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

Ciências e Letras – A África na Sala de Aula. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=2eqnBuVJOR8>> Acesso em: 06 de jul. 2015

Detetives do Passado. Ensino, pesquisa e divulgação em História. Disponível em: <<http://detetivesdopassado.blogspot.com.br/>> Acesso em: 06 de jul. 2015

FLORES, Moacyr (Org). Cinema: Imagens de História. Porto Alegre: Evangraf, 2002.

Formação em Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/?p=1595>> Acesso em: 06 de jul. 2015

Fundação Palmares – Governo Federal. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=34089> Acesso em: 06 de jul. 2015

GABRIEL, Carmen Teresa. O “outro” como elemento incontornável na produção do conhecimento histórico. In: PEREIRA, Amilcar Araújo; MONTEIRO, Ana Maria (orgs) Ensino de História e Culturas Afro-brasileiras e Indígenas. Rio de Janeiro: UFRJ/Pallas, 2013. p. 287-311.

Governo Federal. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso em: 06 de jul. 2015

Jornal “A Nova Democracia”. Disponível em: <<http://www.anovademocracia.com.br/no-10/1131-a-historia-oculta-dos-quilombos-do-sul-do-brasil>> Acesso em: 06 de jul. 2015

JUSBRASIL. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/98883/lei-10639-03>> Acesso em: 06 de jul. 2015

Laboratório de História Oral e Imagem – Universidade Federal Fluminense. Mémórias, África, Escravidão. Disponível em: <<http://www.labhoi.uff.br/escravidao>> Acesso em: 06 de jul. 2015

Laboratório de História Oral e Imagem – Universidade Federal Fluminense. Jongos, Calangos e Folias. Música Negra, memória e poesia. Disponível em: <<http://www.labhoi.uff.br/jongos/>> Acesso em: 06 de jul. 2015





MEINERZ, Carla Beatriz. Ensino de História: a relação pedagógica presente em nossas práticas. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel et. al. (Orgs). Ensino de História – Desafios Contemporâneos. Porto Alegre: EST / Exclamação / ANPUH – RS, 2010. p. 203 – 212.

Ministério da Educação. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12657%3Aparametros-curriculares-nacionais-50-a-80-series&Itemid=859> Acesso em: 06 de jul. 2015

Ministério da Educação. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>> Acesso em: 06 de jul. 2015

Movimento Negro Unificado. Disponível em:<<http://mnu.blogspot.com.br>> Acesso em: 06 de jul. 2015

NAPOLITANO, Marcos. História e Música. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e História Cultural. 2ª ed. Belo Horizonte:Autêntica, 2004.

Revista de História. Disponível em<<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/educacao/nao-para-os-cliches>> Acesso em: 06 de jul. 2015

SEFFNER, Fernando. Saberes da Docência, Saberes da Disciplina e Muitos Imprevistos: Atravessamentos no Território do Ensino de História. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel et. al. (Orgs). Ensino de História – Desafios Contemporâneos. Porto Alegre: EST / Exclamação / ANPUH – RS, 2010. p. 213 -229.

Senado Federal. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf> Acesso em: 06 de jul. 2015

SILVA, Marcos. Desavir-se, reaver-se. História e ensino de História: interfaces ou intrafaces? In: Revista Textos de História. V. 15, nº 1/2. Rio de Janeiro, UFRJ, 2007.p. 275 – 288.

SOUZA, Marina de Mello. África e Brasil Africano. São Paulo: Ática, 2006.

TEDEX -- Chimamanda Adichie - Os perigos de uma história única. Disponível em:<<http://www.youtube.com/watch?v=ZUtLR1ZWtEY>> Acesso em: 06 de jul. 2015

TV Brasil. Disponível em:<<http://tvbrasil.ebc.com.br/brasilianas/episodio/a-obrigatoriedade-do-estudo-da-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-indigena>> Acesso em: 06 de jul. 2015

WOODS, Tim. História e Literatura. In: LAMBERT, Peter; SCHOFIELD, Phillipp. Cols. História – Introdução ao Ensino e à Prática. Porto Alegre: Penso/Artmed, 2011. p. 192 - 204.

ZARTH, Paulo Afonso. O Retorno das Etnias no Ensino de História: Do Melting Pot ao Multiculturalismo na Imprensa de Ijuí. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel et. al. (Orgs). Ensino de História – Desafios Contemporâneos. Porto Alegre: EST / Exclamação / ANPUH – RS, 2010. p. 117 – 133.